

AçãoFiscal

Órgão de Comunicação do Sindifiscal-ES

<http://www.sindifiscal-es.org.br/>

Sindifiscal marca presença no 20º Conafisco



página 3

PLP 108 é aprovado na Câmara dos Deputados

página 06



Sindifiscal celebra 35 anos com noite de festa

página 10



Entrevista com Pedro Gomes de Sá Júnior

página 08

Refis amplia descontos e reacende o debate sobre justiça tributária.

página 05

Entre avanços institucionais, alertas necessários e a celebração de uma história

A edição de novembro e dezembro do Ação Fiscal chega aos filiados em um momento emblemático para a categoria e para o serviço público. Em um mesmo período, convivemos com avanços institucionais relevantes, debates necessários sobre justiça tributária e a celebração de uma história construída com luta, união e compromisso coletivo.

A aprovação do PLP 108/2024 representa uma conquista estratégica para os Auditores Fiscais da Receita Estadual e para a própria reforma tributária. O texto consolida a definição de Autoridade Tributária, preserva a precedência técnica do Fisco e garante segurança jurídica

na governança do novo sistema de tributação sobre o consumo. Trata-se do resultado direto da mobilização das entidades representativas e da atuação firme e qualificada da categoria, que segue vigilante para que a implementação do IBS ocorra de forma eficiente, técnica e institucionalmente sólida.

Ao mesmo tempo, o novo Refis estadual reacende um debate necessário. Embora apresentado como instrumento de regularização fiscal, o programa evidencia a inversão da lógica da justiça tributária ao favorecer, de forma recorrente, o inadimplente, em detrimento do contribuinte que cumpre suas obrigações em dia.

Em meio a esses debates, a celebração dos 35 anos do Sindifiscal simboliza a força de uma entidade que se consolidou na

defesa da carreira, do serviço público e da atuação técnica e responsável dos Auditores Fiscais da Receita Estadual.

Seguimos atentos, unidos e preparados para os desafios que se apresentam. sistema tributário mais justo, transparente e eficiente. Seguimos atentos, unidos e preparados para o futuro.

- A Diretoria

Expediente

Geraldo José Pinheiro

Presidente
presidencia@sindifiscal-es.org.br

Bruno Barcelos Nardotto

Vice-Presidente
bruno.nardotto@sindifiscal-es.org.br

Carlos Heugênio Duarte Camisão

Diretor Tesoureiro
diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Élcio Pedro Uliana

Diretor Administrativo
euliana@sefaz.es.gov.br

Jessé Lago dos Santos

Diretor Jurídico
juridico@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner

Diretor de Aposentados e Pensionistas
demuner@yahoo.com

Leandro Gonçalves Kuster

Diretor de Comunicação e Divulgação
jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

José Fermo
Luiz Carlos Ferreira Pinto
Rogério Zanon da Silveira
Sarah Prates Vantil Zouain

CONSELHO FISCAL

Zenaide Tomazelli Lança
Mônica de Araújo Saldanha
Herval José Borini Cezarino

DELEGADOS SINDICAIS

Carlos Nunes de Oliveira Neto

Região Metropolitana

André Gomes Santana

Região Nordeste

Marcelo da Silva Ramos

Região Sul

José Galvone Scarpatti Júnior

Região Noroeste

Ação Fiscal

Novembro/Dezembro
de 2025 - Edição 202

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Patrícia Battestin

ESTAGIÁRIA

Ana Clara da Cruz



Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº955 - Edifício Global Tower. Salas 714 e 715 Enseada do Suá. Vitória/ES - **CEP:** 29050335
Site: <http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 272394410001/05
Email: jornal@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

Confira todas as notícias em nosso site:

QR Code Site Sindifiscal-ES



Tiragem: 800 exemplares

Aponte a câmera do seu celular para o código!

Diretoria do Sindifiscal marca presença no 20º Conafisco na cidade de Natal



A diretoria do Sindifiscal esteve presente no 20º Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Conafisco), que aconteceu entre os dias 24 e 28 de novembro, em Natal-RN. O encontro reuniu representantes do Fisco de todo o país para debater justiça fiscal, fortalecimento do serviço público e o futuro da tributação no Brasil.

Além disso, o congresso sediou o 9º Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas do Fisco Estadual e Distrital (Enape), que teve como objetivo de dialogar e integrar as diversas gerações que compõem a categoria fiscal.

Educação Fiscal

A Educação Fiscal foi um dos temas debatidos no Conafisco. A mediação da palestra ficou a cargo de Geraldo José Pinheiro, presidente do Sindifiscal, e Fabiano Dandam, vice-presidente do Sindifisco-SC. A mesa-redonda contou com a participação

da analista de Gestão Fiscal do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Anastasya Udoenko, e da secretária executiva da Receita da Sefaz-RN, Jane Carmen.



Na fala de abertura, Geraldo José Pinheiro destacou o pioneirismo do Espírito Santo na implantação da Educação Fiscal, informando que o estado incluiu o tema nos currículos escolares em 1992. De acordo com o presidente do Sindifiscal, mesmo após 30 anos da iniciativas, a conscientização da sociedade sobre o papel dos tributos e sua relevância para as políticas públicas ainda

avança de maneira lenta.

Durante a palestra, Anastasya Udoenko, ressaltou que a Educação Fiscal é fundamental para a consolidação do entendimento tributário. A analista apresentou dados sobre o apoio do BID na modernização da gestão fiscal no Brasil. Udoenko destacou que a Educação Fiscal é essencial para aproximar o conhecimento tributário da população, especialmente de contribuintes em situação de vulnerabilidade social, além de reduzir a complexidade do sistema.

Para Fabiano Dandam, a Educação Fiscal deve ser ensinada desde a infância, já que a formação cidadã começa nesse período. Por sua vez, Jane Carmen afirmou: "O Fisco é essencial para o Estado. Precisamos fortalecer nosso vínculo com a população, esclarecer direitos e explicar como funciona a gestão fiscal, para que a sociedade participe de forma ativa do processo democrá-

tico."

Esse debate no Conafisco reafirma a importância da Educação Fiscal como uma chave para uma gestão tributária mais moderna e inclusiva.

Fizeram Bonito!

Para promover a interação e o lazer dos participantes, o Conafisco realizou o 10º Torneio Desportivo, e o ES marcou presença no pódio em duas categorias! O presidente do Sindifiscal, Geraldo José Pinheiro, conquistou o 1º lugar no basquete - lance livre. Já o subsecretário da Sefaz, Thiago Venâncio, ficou com a medalha de ouro no tênis de quadra.



4 EM PAUTA

Sindifiscal debate demanda dos Auditores Fiscais com Assembleia Legislativa do ES



O Sindifiscal e a gestão da Subsecretaria da Receita Estadual se reuniram com o presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Santos. O tema do encontro foi o teto constitucional. O assunto foi abordado de maneira técnica e também foram apresentados dados relativos à repercussão financeira. Foi apresentado o número de servido-

res atingidos no Espírito Santo, incluindo os Auditores Fiscais da Receita Estadual, categoria mais afetada por essa política.

Ao longo da conversa foi exposto que apenas três estados da federação não resolveram este impasse. É importante salientar que o Espírito Santo, que tem uma relação da des-

pesa menor sobre a Receita Corrente Líquida, poderia facilmente superar essa questão que afeta os servidores. Marcelo Santos, que é familiarizado com o assunto há 20 anos, se comprometeu a levar a pauta ao governador com o intuito de solucioná-la definitivamente por meio de uma PEC.

Filiados aprovam pautas em Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias



No dia 18 de novembro, o Sindifiscal realizou as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária na sede social, localizada no bairro Jockey, em Vila Velha.

Assembleia Geral Extraordinária (AGE)

A AGE tratou de dois pontos centrais:

- 1- Adequação da Contribuição Sindical;
- 2- Filiação do Sindifiscal à

Publica - Central do Servidor.

Após apresentação das informações, discussão e encaminhamentos da mesa, ambas as pautas foram aprovadas pela maioria dos presentes.

Com a aprovação, a partir de janeiro de 2026 a Contribuição Sindical mensal será reajustada para:

- R\$ 170 - Pensionistas;
- R\$ 180 - Aposentados;
- R\$ 250 - Servidores da Ativa.

Assembleia Geral Ordinária (AGO)

Na sequência, foi realizada a AGO dedicada à análise

da Proposta de Orçamento para o exercício de 2026. O planejamento financeiro foi apresentado em detalhes. A proposta foi encaminhada para votação e aprovada pelos presentes.

A participação da categoria foi essencial para legitimar cada decisão e demonstrar, mais uma vez, a unidade dos Auditores Fiscais da Receita Estadual em prol do fortalecimento da carreira. A presença de todos reafirma o compromisso coletivo com a construção de um Sindifiscal cada vez mais atuante, transparente e preparado para os desafios que virão.

REFIS: alívio para inadimplentes e inversão do debate sobre justiça tributária no ES

Entrou em vigor no dia 01 de dezembro o Novo Refis, que oferece descontos de até 100% em multas e juros para empresas com débitos de ICMS. Além disso, o programa permite parcelamentos extensos, chegando a 180 meses. A iniciativa já foi utilizada em outros anos, mesmo assim levanta preocupações sobre a eficiência e a justiça do sistema tributário.

O Governo do Espírito Santo encaminhou à Assembleia Legislativa um novo projeto de lei que oferece descontos de até 100% em multas e juros para empresas com débitos de ICMS. Além disso, o programa permite parcelamentos extensos, chegando a 180 meses. Trata-se de mais uma rodada do Refis Estadual, iniciativa que, embora já utilizada em outros anos, levanta preocupações sobre a eficiência e a justiça do sistema tributário.

Historicamente, o Estado registra milhares de adesões a programas semelhantes, movimentando valores significativos. Em 2021 e 2023, o Refis gerou arrecadação relevante e ajudou diversas empresas a regularizar suas pendências. No entanto, a repetição contínua desse tipo de medida cria uma distorção preocupante: o contribuinte que paga em dia acaba arcando indiretamente com os benefícios concedidos a quem posterga suas obrigações.

Ao oferecer descontos tão elevados e parcelamentos tão longos, o Governo sinaliza de forma contraditória. Por um lado, busca recuperar valores que estão em aberto. Por outro, enfraquece o incentivo ao pagamento voluntário e pontual dos tributos ao favorecer, mais uma vez, quem deixa de recolher o imposto devido. Isso compromete a previsibilidade e a percepção de justiça fiscal.

Também chama atenção o fato de que o novo Refis não alcança débitos que já estão inscritos em dívida ativa, que serão objeto de editais próprios da Pro-



curadoria Geral do Estado. Isso reforça que sempre haverá alguma nova possibilidade de negociação para inadimplentes, enquanto o contribuinte que cumpre suas obrigações regularmente não recebe qualquer tipo de reconhecimento.

É fundamental lembrar que o ICMS é responsável por financiar políticas públicas essenciais. Quando uma empresa deixa de recolher o tributo, o prejuízo recai sobre toda a sociedade. Conceder perdões amplos e sucessivos para multas e juros enfraquece a justiça fiscal e coloca em risco a confiança de quem cumpre a lei.

“Alegria” do empresário que, num surto de civismo, pagou seus impostos rigorosamente em dia ou quitou aquela multa integralmente. Ele deve estar se sentindo um verdadeiro gênio das finanças ao descobrir que seu “prêmio” por cumprir a lei foi, basicamente, jogar dinheiro fora, perdendo a chance

de ouro de um desconto de até 100% da multa. Enquanto ele fazia malabarismo para honrar seus compromissos, o inadimplente aguardava pacientemente o tapete vermelho estendido pelo Estado, provando que, por aqui, ser pontual é quase um erro estratégico de gestão.

E o que dizer da brilhante lição sobre capital de giro? O empresário “ingênuo”, que correu ao banco para pegar um empréstimo a juros estratosféricos só para manter os impostos em dia, agora assiste de camarote à festa do crédito barato. Afinal, para que sofrer com as taxas de mercado se o governo oferece, a linha de crédito mais barata do país, carinhosamente indexada à SELIC?

Diante desse cenário onde o certo vira errado e o calote se transforma na melhor aplicação financeira disponível, resta perguntar: estamos promovendo a regularização fiscal ou apenas oficializando, mais uma vez, a inversão da justiça tributária?

6 EM PAUTA

PLP 108/2024 é aprovada e consolida conquistas para os Auditores Fiscais



A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 15 de dezembro, por 330 votos, o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que regulamenta aspectos centrais da Reforma Tributária do consumo, especialmente a governança, a gestão e a fiscalização do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O texto aprovado preserva o modelo construído no Senado Federal e incorpora conquistas relevantes asseguradas pela mobilização das entidades representativas do Fisco, fortalecendo a segurança jurídica, a estabilidade institucional e o papel técnico das administrações tributárias.

Sobre o PLP 108/2024

O PLP 108/2024 integra o segundo conjunto de projetos de regulamentação da Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023. A proposta define regras de funcionamento do Comitê Gestor do IBS, responsável por coordenar a arrecadação, a fiscalização, a cobrança e a distribuição do imposto entre União, estados e municípios.

O projeto também estabelece mecanismos de harmonização administrativa, integração de sistemas e compartilhamento de informações fiscais, pontos

sensíveis e estratégicos para o funcionamento do novo sistema tributário.

Definição de Autoridade Tributária: conquista central para o Auditor Fiscal

A principal conquista do texto aprovado foi a manutenção da definição objetiva de Autoridade Tributária, elemento essencial para a proteção das funções típicas de Estado no âmbito da administração tributária.

De acordo com o PLP 108/2024, Autoridade Fiscal é o servidor que:

- exerce cargo de carreira efetiva;
- possui competência legal para fiscalizar e lançar tributos;
- está submetido às regras rigorosas do sigilo fiscal, conforme o Código Tributário Nacional.

Essa definição assegura que as atividades de fiscalização, lançamento e acesso a informações fiscais sensíveis permaneçam sob responsabilidade exclusiva dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, protegendo o sigilo dos contribuintes, fortalecendo a segurança jurídica e valorizando a atuação técnica da carreira.

Durante a tramitação, as entidades do Fisco alertaram que a flexibilização desse conceito poderia gerar fragilidades

estruturais no novo sistema tributário, ampliar riscos de judicialização e comprometer a confiança institucional na Reforma Tributária.

Comitê de Harmonização preserva a precedência técnica do Fisco

Outro avanço relevante foi a preservação do desenho do Comitê de Harmonização, afastando a obrigatoriedade de participação permanente e vinculante de Procuradorias no processo de uniformização administrativa do IBS e da CBS.

O texto aprovado mantém a harmonização sob a condução das administrações tributárias, em consonância com a Constituição e com a Lei Complementar nº 214/2025, reconhecendo a precedência técnica do Fisco na interpretação e aplicação da legislação tributária. Essa definição evita burocracia adicional, garante maior celeridade aos processos administrativos e respeita a separação constitucional de funções, sem afastar a cooperação institucional com a advocacia pública em caráter consultivo.

Fortalecimento da governança e da atuação fiscal

Com a aprovação do PLP 108/2024 nesses termos, o Congresso Nacional avança na consolidação da governança do novo sistema tributário, assegurando previsibilidade, estabilidade institucional e proteção do núcleo informacional da Reforma Tributária.

Para os Auditores Fiscais da Receita Estadual, o resultado representa um passo decisivo para a implementação do IBS com eficiência, segurança jurídica e valorização da carreira, reafirmando o papel central do Fisco na construção de um sistema tributário moderno, justo e confiável.

Lívia Delboni assume cargo de gerente de atendimento e relacionamento



Em novembro, a Auditora Fiscal Lívia Delboni Lemos assumiu a gerência de atendimento e relacionamento da Secretaria da Fazenda do Espírito Santo (Sefaz). Presente no local desde 2014, Lívia diz que desde o início da sua carreira é grata por estar neste meio. Ela afirma que foi uma surpresa receber essa proposta e que planeja contribuir cada vez mais com o órgão. “Fiquei muito feliz pelo convite, vai ser difícil? Vai! Mas se um pode fazer, todos podem, basta querer!” Para os primeiros meses no novo cargo, o objetivo destacar o atendimento presencial e virtual ao contribuinte. Para aprimorar a experiência do contribuinte, Lívia explica que a Sefaz adicionou,

há algum tempo, atendimentos por vídeo chamada. Além disso, ela destaca o canal de atendimento “Receita Orienta” pelo aplicativo WhattsApp, que nos últimos meses tem divulgado atualizações sobre a reforma tributária.

“Fiquei muito feliz pelo convite, vai ser difícil? Vai! Mas se um pode fazer, todos podem, basta querer!”
-Lívia Delboni

Contribuinte

Segundo a nova gerente de atendimento, para consolidar a confiança do contribuinte, a Sefaz trabalha diariamente para manter os servidores atualizados sobre os principais assuntos debatidos, incluindo a reforma tributária. Nesse cenário, o atendimento ao contribuinte é uma ponte entre o cidadão e o Estado.

O atendimento se torna uma ponte entre o cidadão e o Estado. E neste cenário da reforma tributária, que entra em vigor em janeiro de 2026, é importante destacar o princípio da cooperação. Esse princípio, segundo Lívia, além de ser difundido no meio acadêmico, também foi incluído na Constituição pela Emenda 132. Assim, Fisco e sociedade andam em conjunto em prol do desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com a Auditora Fiscal, quando o contribuinte tem conhecimento dos seus direitos e deveres ele exerce plenamente a sua cidadania. Para difundir essa ideia, as secretarias da Fazenda e Educação, estão caminhando lado a lado e alinhando estratégias para o fortalecimento das ações de Educação Fiscal no Estado. O foco é a ampliação da consciência cidadã sobre o papel social dos tributos e na integração entre instituições parceiras.

Implantação da Nota Fiscal Fácil

A Nota Fiscal Fácil entrou em vigor no dia 01 de janeiro. Dessa maneira, a gerente afirma que a Sefaz está trabalhando incansavelmente para levar as atualizações da NFF para todos os contribuintes do estado. Com isso, a Sefaz já faz palestras, tanto presenciais quanto online, desde o ano passado com o intuito de atualizar-se sobre o assunto, incluindo um workshop sobre NFF em parceria com a Senar.

Auditor Fiscal na linha de frente do desenvolvimento econômico do ES



A atuação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual tem se ampliado para além da administração tributária tradicional, alcançando espaços estratégicos da gestão pública estadual. Um exemplo dessa trajetória é Pedro Gomes de Sá Júnior, Auditor Fiscal da Receita Estadual há 11 anos, que desde outubro assumiu o cargo de Subsecretário de Estado de Competitividade, na Secretaria de Desenvolvimento. Para Pedro, a presença de

Auditores Fiscais em cargos estratégicos representa um ganho institu-

“Mostra que o Auditor Fiscal pode atuar além dessa questão simplesmente da administração tributária.”

cional para o Estado, ao fortalecer a articulação entre as instituições públicas. “É um ganho ter um Auditor Fiscal ocupando, não só essa posição que eu estou agora, mas outras posições-chaves dentro do Estado.” Segundo ele, essa trajetória demonstra que o Auditor Fiscal pode contribuir de forma ampla para o serviço público. “Mostra que o Auditor Fiscal pode atuar além dessa questão simplesmente da administração tributária.”

Conhecimento como base da competitividade

Pedro destaca que o Auditor Fiscal domina um dos sistemas mais complexos da administração pública: o sistema tributário brasileiro. Esse conhecimento técnico aprofundado contribui para decisões mais seguras do ponto de vista jurídico, econômico e fiscal, tanto na área fazendária quanto em outras secretarias. “O sistema tributário não

é nada simples e o Auditor iscal é o profissional que domina esses detalhes da legislação tributária, toda essa complexidade.” Na sua avaliação, o equilíbrio entre competitividade econômica, segurança jurídica e responsabilidade fiscal passa por três pilares fundamentais: conhecimento técnico, justiça fiscal e uso estratégico dos benefícios fiscais. “Não basta arrecadar por arrecadar. A gente tem que ter essa visão de arrecadar dentro do princípio da capacidade contributiva.” Essa lógica, segundo ele, permite combater a concorrência desleal e, ao mesmo tempo, promover um ambiente de negócios mais saudável.

“O que é novo gera curiosidade, gera insegurança.”

Atendimento, cooperação e mudança de cultura

Antes de assumir a subsecretaria, Pedro esteve à frente da Gerência de Atendimento e Relacionamento da Secretaria da Fazenda do Espírito Santo, período marcado por avanços como o fortalecimento do atendimento virtual e a avaliação pós atendimento. Essa experiência consolidou uma visão mais ampla sobre o papel do Fisco na relação com a sociedade. Para ele, a atuação fiscal não se limita à autuação. “A autuação é fundamental, mas não só a autuação. Esse papel também do Estado de ser um parceiro, de

ser um agente que coopera, que contribui, que orienta.” Com a chegada da Reforma Tributária, essa postura se torna ainda mais relevante, já que mudanças no sistema geram dúvidas e insegurança nos contribuintes. “O que é novo gera curiosidade, gera insegurança.” Nesse cenário, o Estado precisa estar preparado para orientar e facilitar o cumprimento das obrigações tributárias, reduzindo custos de conformidade e fortalecendo a relação entre Fisco e mercado.

Desburocratização e ambiente de negócios

Ao tratar de competitividade, Pedro ressalta que processos simples, rápidos e previsíveis são decisivos para a atração e a permanência de empresas no Espírito Santo. Ele avalia que o empresário deve concentrar seus esforços no desenvolvimento do negócio, na produção, na geração de empregos e de renda, e não em entraves burocráticos. “É fundamental que o empre-

sário direcione a maior parte de seus esforços ao desenvolvimento de seu negócio.” Nesse contexto, a Secretaria de Desenvolvimento tem atuado na simplificação de normas e procedimentos. A recente atualização do Programa Compete, com redução de burocracia e custos de conformidade, é apontada como exemplo desse compromisso.

Integração institucional e novo cenário tributário

A nova regulamentação do Compete foi construída de forma integrada entre a Secretaria de Desenvolvimento, a Sefaz e a Procuradoria Geral do Estado, demonstrando uma política de desenvolvimento baseada em diálogo institucional e segurança jurídica. Com a Reforma Tributária e a perspectiva de redução dos benefícios fiscais tradicionais, a Secretaria de Desenvolvimento já iniciou a preparação para um novo modelo, criando uma gerência específica para apoiar

os contribuintes durante o período de transição. Pedro explica que o cenário muda a lógica da competição entre os estados. “A guerra passa a ser agora uma guerra por entregas.” Nesse novo contexto, o Espírito Santo se destaca pela solidez fiscal, organização das contas públicas, infraestrutura e capacidade de investimento acima da média nacional, fatores que garantem segurança para empresas já instaladas e para novos investimentos.

Orgulho da carreira de Auditor Fiscal

Ao final da entrevista, Pedro sintetiza sua identidade profissional e o compromisso com a carreira de forma direta: “Hoje eu estou subsecretário, mas sou Auditor iscal.”

“Hoje eu estou subsecretário, mas sou Auditor Fiscal.”



Sindifiscal celebra 35 anos com festa e presença de autoridades em Vitória

A noite de 12 de dezembro entrou para a história do Sindifiscal! Realizada no cerimonial Prime Hall - no Clube dos Oficiais, a confraternização de fim de ano foi ainda mais especial ao comemorar os 35 anos de atuação do sindicato, reunindo filiados, convidados e autoridades em um momento de grande significado.

O evento reuniu Auditores

Fiscais da Receita Estadual, Auxiliares Fazendários, aposentados e pensionistas, em uma noite marcada por reencontros, alegria e valorização da trajetória construída ao longo de mais de três décadas de compromisso com a categoria e com o serviço público.

A celebração contou com a presença do governador do Espírito Santo, Renato Ca-

sagrande, acompanhado da primeira-dama Virgínia Casagrande, da deputada estadual Janete de Sá, do secretário de Estado da Fazenda, Benício Costa e outras lideranças institucionais.

Durante os pronunciamentos, foram destacadas as conquistas alcançadas ao longo dos anos, a importância da união da categoria e os desafios que se apresentam para

o futuro. O clima foi de celebração, orgulho e confiança no trabalho coletivo que sustenta a história do sindicato. A programação incluiu a Banda 7List, que colocou todo mundo para dançar. Entre sorrisos, homenagens e momentos de confraternização, a festa simbolizou o encerramento de mais um ano de lutas e conquistas.





12 COMUNICAÇÃO

“Descongela Já” é aprovado no Senado e avança para sanção presidencial



O Senado Federal aprovou, em 16 de dezembro, o Projeto de Lei Complementar nº 143 de 2020, conhecido como Descongela Já, que restabelece a contagem do tempo de serviço dos servidores públicos suspensa durante a pandemia da Covid 19. A proposta, que altera a

Lei Complementar nº 173 de 2020, segue agora para sanção presidencial.

Com a aprovação, ficam reconhecidos 583 dias de tempo de serviço referentes ao período em que a legislação impediu a contagem para fins de vantagens funcionais. Esse tempo poderá ser considerado para direitos como anuênios, triênios, quinquênios, sexta parte, licença prêmio e progressões funcionais, corrigindo uma distorção que penalizou milhares de servidores em todo o país, mesmo aqueles que perma-

neceram em plena atividade durante a crise sanitária.

O texto também autoriza o pagamento de valores retroativos que deixaram de ser concedidos no período da suspensão. No entanto, a efetivação desses pagamentos dependerá da decisão de cada ente federativo União, estados e municípios, desde que haja disponibilidade orçamentária e respeito aos limites da responsabilidade fiscal. Não há, portanto, criação automática de despesas nem transferência de encargos entre os entes.

Deixam Saudades

Nos últimos meses houve cinco lamentáveis perdas. O Sindifiscal deseja sinceros sentimentos às famílias.



Clinio Faustino dos Santos
falecimento: 26/11/2025



Riva Abrantes Teixeira
falecimento: 05/12/2025



José Maria Teixeira da Fonceca
falecimento: 17/12/2025



Paulo Mattos Robles
falecimento: 30/12/2025



Luiz Carlos Ferreira Pinto
falecimento: 02/01/2026

Segue a Dica



Don Shirley é um pianista de renome mundial, prestes a embarcar em uma turnê pelo sul dos Estados Unidos. Como precisa de um motorista, Shirley recruta Tony Lip, um ítalo-americano. Apesar de suas diferenças, os homens desenvolvem uma ligação inesperada ao enfrentar o racismo.



Cansados de passar noites de Natal sem graça após a separação dos pais, os irmãos Julia, Miguel e Bia bolam um plano para tentar reunir novamente a família e celebrar a chegada do Papai Noel.